

PAREDES PÁG. 6
**Crise faz aumentar
pedidos gratuitos
de apoio jurídico
a advogados**



Pedido de apoio jurídico gratuito aumenta com a crise

“Pro bono” realizado pelas sociedades de advogados tem cada vez mais solicitações

— CLARA VASCONCELOS
— clara@jn.pt

Os advogados que prestam serviço gratuito a favor da comunidade esperam um aumento das solicitações nos próximos tempos. O “pro bono” é geralmente facultado a instituições de solidariedade social ou a pessoas colectivas de utilidade pública.

Não será só o agravamento da crise, mas também a necessidade de as instituições de solidariedade social encontrarem formas alternativas de se financiarem, através de projectos inovadores, que fará aumentar o número de pedidos de ajuda jurídica gratuita. Esta é a opinião dos responsáveis pelo trabalho “pro bono” das várias sociedades de advogados com quem o JN falou.

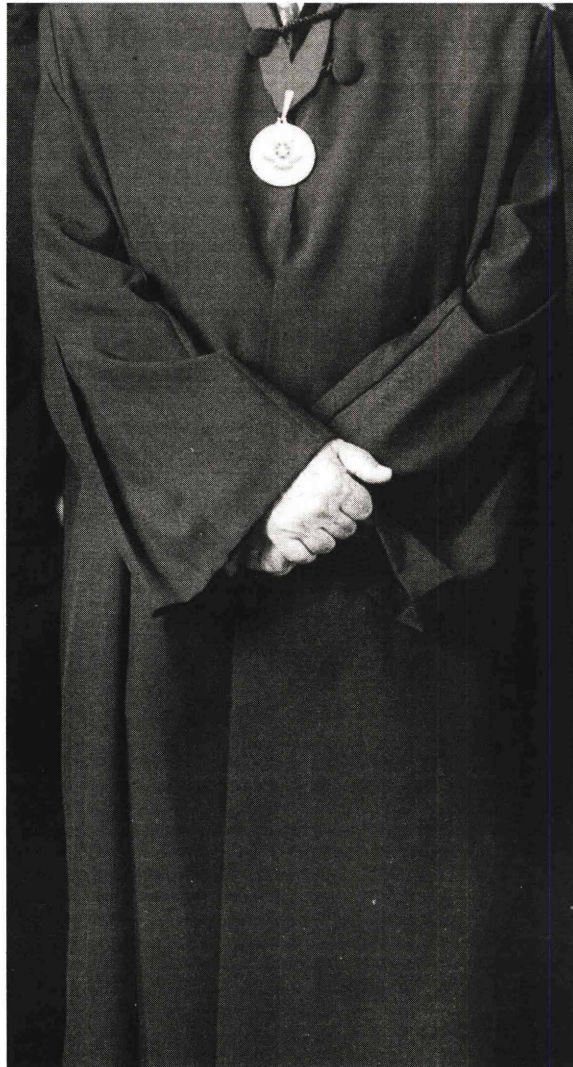
Margarida Couto, da Vieira de Almeida Advogados, diz mesmo que o primeiro trimestre do ano já revelou essa tendência crescente. “Sabíamos que este ano seria especial e estabelecemos que realizaríamos cinco mil horas em ‘pro bono’, mas no primeiro trimestre já fizemos 1500, por isso, acredito que ultrapassaremos essa meta”, disse.

Maria João Mata, da PLMJ, não estabelece ainda uma relação directa entre a crise e o aumento das solicitações, até porque só tem mais um cliente do que tinha no ano passado. “Mas, infelizmente, o panorama não é o mais favorável e prevejo um ano com mais trabalho. Aguardaremos com tranquilidade o que vai acontecer...”

A Abreu Advogados “todas as semanas” recebe pedidos novos. Alexandra Courela afirma que há “cada vez mais instituições a pedir apoio” e a sua convicção é a de que a tendência será para continuar a crescer.

A Sérvulo & Associados “tem feito ‘pro bono’ de forma mais reactiva”, mas já estabeleceu como objectivo estratégico para 2011 “a implementação de uma política ‘pro bono’ mais estruturada”, segundo garante Pedro Furtado Martins.

O que motiva as sociedades de advogados a realizar trabalho



LEONEL DE CASTRO / LUISGUIL WAGERS

Advogados fazem “pro bono” nas áreas laboral, fiscal e social

gratuito a favor da comunidade? A responsabilidade social e ética, dizem.

Benefícios fiscais e publicidade

O “pro bono” é trabalho gratuito que as sociedades de advogados oferecem à comunidade. Uma percentagem do tempo é dedica-

da a prestar apoio jurídico a instituições ou pessoas individuais, sem recursos financeiros.

Apoio jurídico do mais variado: laboral, fiscal, social... Algumas apoiam projectos, realizam acções de formação ou organizam eventos de recolha de fundos que revertem a favor das instituições

com as quais estabeleceram protocolos.

Uma das sociedades, por exemplo, convidou uma série de artistas plásticos, que trabalharam, também, gratuitamente, e fizeram quadros “diferentes”, cuja venda reverteu a favor de uma associação de crianças com trissomia 21. Outra organiza um festival de música, e as receitas são atribuídas a uma instituição de solidariedade.

O “pro bono” está a generalizar-se, mas não existe ainda um instituto, como acontece noutros países, que centralize todo esse trabalho gratuito.

“Cá, ainda não se acordou para isso”, diz Margarida Couto, reconhecendo, porém, que o “pro bono” tem vindo a crescer, “até porque as sociedades não querem ficar atrás das outras...”

A contrapartida não é financeira, traduz-se em benefícios fiscais e na publicitação da firma. Mas não é isso que os motiva. Todos os advogados com quem contactámos dizem que é a satisfação pessoal de poder ajudar.

Para além do apoio jurídico, também são realizadas acções de formação

“A razão essencial é a percepção de que nem toda a gente tem acesso ao Direito”, sublinha Alexandra Courela, dizendo, no entanto, que “lateralmente talvez exista alguma publicidade, mas essa não é, de todo, a intenção”.

Margarida Couto também reforça esta ideia. “Não, não é pela publicidade. É serviço à comunidade. Nós já temos bastante sucesso e achamos que devemos devolver parte desse sucesso à comunidade”, diz, lembrando que os advogados são os únicos a poder prestar apoio jurídico e “têm a responsabilidade ética” de o fazer e de ajudar quem não tem dinheiro para adquirir esse tipo de serviço. ■

Flash

HENRIQUE PINTO
PRESIDENTE DA CAIS



“Precisávamos de apoio mais permanente e mais rápido”

A CAIS tem um protocolo “pro bono” com uma sociedade de advogados. Como tem sido esse relacionamento?

Às vezes, tem acontecido que o serviço “pro bono” não é muito continuado. Dá-se a primeira consulta e o processo fica por concluir. Nós trabalhamos com a “Abreu” e eles querem muito ter esse trabalho continuado, mas o que eu digo é que também é preciso estar-se com tempo. Estar cá sem estar sempre com pressa... dar um acompanhamento que tenha princípio, meio e fim.

Como funcionam as visitas, são vocês que os contactam?

Sim e depois é planeado, dependendo das questões. Queríamos entrar num calendário mais regular. Não digo ter aqui alguém diariamente, mas de 15 em 15 dias, ou uma vez por mês. Para que as pessoas, quando aqui viessem, tivessem o apoio jurídico de que precisam.

Os pedidos de ajuda têm aumentado?

Têm. E não aumentam mais porque nós não divulgamos este projecto tanto como divulgamos outros, por não termos capacidade de resposta. Para além dos utentes da Cais, também trabalhamos com a Junta de Freguesia de Marvila.

Que tipo de apoio jurídico é mais solicitado?

Sobretudo para questões sociais, às vezes questões ligadas ao crime... precisávamos de um apoio mais permanente e com maior rapidez.